



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, EMPREGO, TURISMO, SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL (2.ª Comissão)

DATA: **3-07-2024**
HORA: **21H**
LOCAL: **Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho**

CONVOCADOS:

- Cristina Marreiros (LCF) - Coordenadora
- João Reis (PS)
- José Guerreiro (PS)
- José Joaquim Reis (PSD)
- José Manuel Jácome (PS) - Secretário
- José Santos (BE)
- Manuel Catarino (CDU)
- Márcio Viegas (PS)
- Paulo Rosário Dias (CHEGA)

CONVIDADOS:

- Comandante da Esquadra da PSP de Lagos
- Comandante do Posto Territorial de Lagos da GNR
- Comandante Local da Polícia Marítima de Lagos
- Comandante da Polícia Municipal de Lagos

PRESENTES:

- Cristina Marreiros (LCF) - Coordenadora
- José Manuel Jácome (PS) - Secretário
- José Guerreiro (PS)
- Márcio Viegas (PS)
- Rui Araújo (PSD)
- José Manuel Freire (CDU)
- Paulo Rosário Dias (CHEGA)
- José Santos (BE)
- Adjunto do Comandante da Esquadra da PSP de Lagos, Chefe Coordenador, António Domingos
- Comandante do Posto Territorial de Lagos da GNR, 1.º Sargento, Nuno Edgar Gonçalves Pereira
- Capitão do Porto de Lagos - Comandante Local da Polícia Marítima de Lagos, Capitão-de-fragata, Hugo Filipe Bravo da Guia
- Comandante da Polícia Municipal de Lagos, Sargento-Ajudante, Sérgio Eduardo Prateiro Remudas

PRESENCAS DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO ÂMBITO DO N.º 6 DO ARTIGO 94.º DO REGIMENTO EM VIGOR:

- Maria Joaquina Matos (PS) - Presidente da Assembleia Municipal

AUSÊNCIA:

- João Reis (PS)

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: **21.08H**

HORA DE ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: **0.05H**

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin of the document.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, EMPREGO, TURISMO, SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL (2.ª Comissão)

- ASSUNTOS AGENDADOS: Reunião com os representantes das Forças de Segurança em Lagos e serão abordados os seguintes tópicos:
- Ponto da situação sobre principais carências de pessoal, equipamento e instalações, para corresponder às necessidades do Concelho;
 - Dados estatísticos sobre ocorrências verificadas no Concelho nas áreas: criminal, trânsito e segurança de pessoas e bens.

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Maria Joaquina Matos, deu as boas-vindas aos convidados e passou a condução dos trabalhos à Sra. Coordenadora da Comissão, Cristina Marreiros (LCF), a qual agradeceu aos convidados a sua presença e apresentou os Membros da Comissão.

De seguida foi dada a palavra aos convidados, tendo intervindo em primeiro lugar a PSP, seguida da Polícia Marítima e da GNR e por último a Polícia Municipal.

A PSP fez a seguinte intervenção:

“A PSP apenas apresenta um pequeno contributo e panorama nas informações que possui localmente na Nossa atividade diária.

Sobre a reunião, importa destacar que a nível da criminalidade os dados que apenas podemos confirmar são os existentes no RASI (relatório anual de segurança interna). Ainda assim, destacamos o aumento explícito das burlas com recurso a tecnologia informática incremento de 23% a mais.

No que concerne a criminalidade mais gravosa, apesar de não termos aumento de casos, destaca-se a gravidade, atualmente tem sucedido maior agressividade e dano corporal nas vítimas. Destaco os casos associados a vivência noturna na cidade. Ao nível de acidentes estradais, não temos aumento significativo, todavia é uma preocupação clara do CMD local a problemática da mobilidade verde através de trotinetes/scooters elétricas, ou DEMOPs.... A legislação nacional não é clara o suficiente neste âmbito e tem-se vindo a notar um constante acionamento de meios policiais e não só para acidentes e despistes causados por pessoas nesta utilização. Consequentemente a falta de obrigações legais a estes condutores leva a questões que deve o executivo e mesmo esta assembleia fazer chegar à tutela pois a eles compete legislar.

Destacamos de forma muito, mas muito preocupante o volume fora do comum de reclamações de ruído proveniente de estabelecimentos da urbe, o que obviamente nos preocupa, por um lado por o atual regime municipal parece-nos insuficientemente claro e com medidas pouco adequadas e por outro o licenciamento zero que leva a que em qualquer esquina esteja a nascer um novo estabelecimento.

Preocupação extrema por falta de regulamento municipal no que diz respeito ao estacionamento de caravanas no município, bem como criação de solução aplicável para estes turistas e utilizadores desta tipologia de veículos. A missão da PSP e PM e penso que também da GNR torna-se de difícil sancionamento e ordenamento sem um bom regulamento.

O sistema CCTV encontra-se em fase de cotações por parte de operadores para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, EMPREGO, TURISMO, SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL (2.ª Comissão)

análise final e eventuais desencadeamentos de concursos públicos. A PSP está um pouco preocupada com o arrastar do procedimento.

Sugerimos a alteração do regulamento municipal de funcionamento dos estabelecimentos e espaços públicos com uma medida sentida e obviamente de responsabilidade para mitigar vários problemas, quer por motivos de ordem pública e situações criminais e por outro lado para garantir a qualidade do descanso dos lacobrigenses, mas também dos cidadãos que nos vistam. Sobre este tema iremos durante a próxima semana fazer chegar mais detalhadamente as nossas propostas e estamos obviamente disponíveis para junto do executivo inovar e criar este regulamento.

Agradecer publicamente perante os presentes o apoio do Município em todas as necessidades da PSP, quer ao nível logístico quer operacional. Destacando o empenho na solução adequada das problemáticas que poder ser atendidas e resolvidas em prol dos lacobrigenses. Faremos chegar um pedido de apoio material formal ao Sr. Presidente para garantir mais 2 novos meios de patrulhamento na cidade ao apoio da comunidade mais envelhecida e em idade de frequência escolar e nas diversas missões de investigação criminal que vamos travando e temos dado conta junto do executivo e tentaremos junto com o MAI, CM e PSP tentar garantir um plano de intervenção do edifício a curto prazo para tratamento de patologias que se não forem rapidamente intervencionadas, levarão a que a curto prazo estejamos a falar de valores e dimensão de obra bastante elevados.”

A Polícia Marítima referiu que os números de crimes e de contraordenações não tiveram alterações significativas, em relação ao período homólogo.

Referiu que o número de ocorrências e processos relacionados com o referido se têm mantido praticamente inalterados nos anos posteriores à Covid19. Frisou igualmente a tipologia de crimes que se verificam na área de jurisdição, bem como os locais com maior incidência/preocupação.

Paralelamente, mencionou alguns fatores de preocupação no que concerne à segurança da navegação, de pessoas e bens, nomeadamente os problemas identificados nas Praias da D. Ana e do Camilo entre os diferentes utilizadores das praias e referiu a dificuldade em enquadrar legalmente a gestão do espaço para as diferentes utilizações. Acrescentou ter conhecimento que a Câmara Municipal está a trabalhar num Regulamento para o efeito. Referiu que a futura monitorização por videovigilância, que conta que seja contemplada/alargada a algumas áreas da sua jurisdição, seja mais uma ferramenta para a prevenção, monitorização, investigação e consequentemente redução da criminalidade.

Informou que estão a ser monitorizadas as atividades marítimo-turísticas, com especial incidência na zona da Ponta da Piedade / grutas face ao enorme fluxo de embarcações na zona e risco acrescido ao nível da segurança da navegação e das pessoas envolvidas.

Mencionou a problemática do assoreamento da barra.

Em termos de instalações disse que as mesmas são recentes, com cerca de 10 anos, e adequadas.

A nível de efetivos referiu ter menos pessoas este ano em relação ao ano anterior.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a large 'X' at the top, the initials 'CM', and several illegible signatures.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, EMPREGO, TURISMO, SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL (2.ª Comissão)

Informou sobre o facto de estarem à espera, no curto prazo, de uma nova embarcação semirrígida com cerca de 7 metros.”

A GNR começou por referir as dificuldades do dia-a-dia derivadas da falta de efetivos, o que se reflete na sensação de falta de segurança junto da população, a qual tem vindo a aumentar substancialmente nas Freguesias rurais, sendo muita extensa a área coberta por esta Força. Reforçou a urgência de resolver a situação de falta de efetivos. Disse que Lagos tem 24 efetivos e apenas 9 dos mesmos estão aptos para o patrulhamento; o resultado de 9 militares, resulta do exercício de subtração ao valor de referência de 17 militares, ou seja, do efetivo total de 24 militares, em números brutos, foram retirados os militares por indisponibilidade para o serviço diário, tais como baixas dispensas médicas, e outras situações, daqui resultaram os tais 17, depois deste número foram retirados aqueles estando disponíveis para o serviço encontram-se de folgas e férias, aos que se juntam os militares afetos às tarefas de apoio ao serviço operacional, como é o caso do serviço de secretaria, inquéritos e Comando, só depois destas considerações, é que se demonstrou que ficavam disponíveis para o serviço operacional os tais 9 militares.

Todas estas situações implicam a pouca existência de patrulhamentos de proximidade. Informou também sobre a falta de viaturas, apesar da ajuda da Câmara Municipal.

Em relação às instalações disse que as mesmas são novas e apenas alguns apontamentos de pormenor são necessários.

Referiu que existem cerca de 2 000 ocorrências em Lagos, por ano.

Furtos e burlas são crimes que têm tido um acréscimo significativo, bem como contra o património e, sobretudo a partir das 19/20 horas crimes contra pessoas.

Disse que, com o sacrifício dos militares, a GNR de Lagos faz muito, com muito pouco.

A Polícia Municipal começou por salientar a dificuldade em recrutar novos Agentes e informou que tem vindo a perder efetivos, existindo atualmente 12 Agentes como Polícias Municipais.

Referiu que as instalações, para já e dado a baixo número de Agentes, são suficientes e que os equipamentos estão adequados. Em termos de pessoal administrativo, informou estar satisfeito com o atual número.

A falta de Agentes implica, por vezes, falhas no apoio à população, sobretudo fora da sede do Concelho.

Em termos de contraordenações referiu que os números são idênticos em relação ao período homólogo.

Referiu existir coordenação, na fiscalização, com a Polícia Marítima e também realização de operações conjuntas com a GNR.

Mencionou que, por exemplo, sem mais pessoal não é possível direcionar os agentes para fiscalizações ambientais, bem como em atuar, com maior frequência e visibilidade, nas Freguesias rurais.

Os Membros da Comissão foram colocando questões aos convidados, tendo as mesmas sido respondidas e esclarecidas em conformidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, EMPREGO, TURISMO, SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL (2.ª Comissão)

A PSP informou que todas as questões que lhe forem dirigidas, serão tomadas em consideração e posteriormente respondidas, por escrito, pelo Sr. Comandante.

Perseguição a migrantes e venda de estupefacientes (falsos ou não), em ambos os casos, por grupos organizados, foram tópicos abordados pelo Grupo Municipal do PSD, tendo a Polícia Municipal informado que sempre que a mesma deteta alguma situação relacionada, chama a PSP.

O Grupo Municipal do CHEGA referiu a estranheza da Polícia Municipal poder apreender caixas de fruta e não droga falsa. Solicitou a opinião das Forças de Segurança referente à videovigilância e à periodicidade da realização de reuniões do Conselho Municipal de Segurança. Questionou sobre o conhecimento que a Polícia Marítima tinha sobre o que vai ser concretizado na Praia do Pinhão. Questionou a GNR se a existência de viaturas de duas rodas nesta força de segurança poderia ajudar em algo. Questionou ainda as Forças de Segurança quanto à Escola Segura. Sobre fiscalização ambiental, perguntou se a Polícia Municipal poderia desenvolver trabalho nesse sentido. Disse que a falta de patrulhamento afeta toda a população.

A Polícia Marítima não se quis pronunciar sobre a periodicidade das reuniões do Conselho Municipal de Segurança uma vez que o atual Comandante Local exerce funções há cerca de 9 meses e neste período de tempo ocorreu uma reunião. Em relação à Praia do Pinhão disse a Polícia Marítima detém total conhecimento sobre o que vai ser concretizado na zona da “Casa do Pinhão” e que estão a ser desenvolvidos trabalhos pela APA e Município, mantendo-se a situação de risco, afirmou verificar-se recorrentemente que não é respeitada nem a sinalética, nem a interdição do acesso. Quanto à barra referiu que a questão do assoreamento é cíclica, e que sendo o impacto do assoreamento muito elevado para a atividade desenvolvida no Porto de Lagos, deve ser precavida a capacidade de resposta a este tipo de situação/perigo. Também salientou a existência de operações conjuntas com a ASAE, GNR, PSP e Polícia Municipal. Sobre o pessoal disse que todos os Comandos têm falta de pessoal, mas Lagos, em percentagem, é o local com maior falta de Agentes, sendo que está a decorrer um concurso nacional para admissão de Agentes.

A GNR referiu que as reuniões do Conselho Municipal de Segurança ocorrem de 6 em 6 meses, mas não vê qualquer impedimento que ocorram com maior frequência. Em relação à possível incorporação de veículos de duas rodas na GNR de Lagos, disse aguardar a atribuição de dois motociclos, que considera muito importantes para o patrulhamento florestal, sobretudo na época crítica dos incêndios. Referiu que por vezes são realizadas patrulhas com 1 Agentes da GNR de Lagos e outro de Postos dos Concelhos vizinhos. Realçou o facto de alertar a falta de Agentes em Lagos, há 4 anos, e, apesar de terem sido formados cerca de três mil Praças nestes últimos anos, continua a perder efetivos.

A Polícia Municipal referiu que o Conselho Municipal de Segurança está a reunir de 6 em 6 meses, o que lhe parece correto. Referiu que o estacionamento na cidade é um caótico, recebendo muitas queixas de estacionamento irregular. Sobre a videovigilância

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large 'A' at the top, followed by 'CAD', 'M', 'B', 'F', and 'L'.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, EMPREGO, TURISMO, SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL (2.ª Comissão)

disse que é um processo a ser desenvolvido pela Câmara Municipal, mas tem noção de ser um processo moroso. Informou que só é possível à Polícia Municipal fazer revista a um cidadão quando é verificado um crime, pelo que se torna quase impossível detetar estupefacentes falsos. Mencionou que a legislação referente à Polícia Municipal deveria ser alterada, para a sua atuação ser mais eficiente.

O Grupo Municipal da CDU informou que a Assembleia Municipal acompanha o processo da Polícia Municipal desde o início. Realçou que o problema da falta de efetivos nas Forças de Segurança está relacionada com os baixos vencimentos. Disse que a 2.ª Comissão pode tomar uma decisão sobre as carências mencionadas e levar as suas conclusões ao Plenário da Assembleia Municipal. Mencionou existirem muitas queixas da população relacionadas com o excesso de velocidade e de nível de ruído provocadas por viaturas nas áreas urbanas.

O Grupo Municipal Singular do BE questionou sobre o número atual de efetivos da PSP. Questionou a GNR e a PSP em relação ao tempo médio de resposta a solicitações.

A GNR referiu que muitas vezes têm que fazer uma triagem, priorizando respostas aos casos mais urgentes, dada a sobrecarga de solicitações e serviços.

O Grupo Municipal do PS, através do Sr. Márcio Viegas, questionou a Polícia Municipal se a sua atuação interfere/colide com a atuação das outras Forças policiais. Questionou a Polícia Marítima sobre a necessidade de regular os acessos às praias e se é preciso intervir e regular, nos casos específicos da D. Ana e Camilo.

A Polícia Marítima disse que na época balnear verifica-se claras incompatibilidades entre pessoas e praticantes de desportos náuticos que utilizam o mesmo acesso à praia, acrescentando que a segurança das pessoas deverá ser uma prioridade uma vez que se trata de uma praia de banhos e a legislação existente assim o prevê. Referiu que as zonas de maior conflitualidade e ocorrências são a zona da Marina/restauração, a Praia da Batata, bem como furtos de viaturas nas praias da D. Ana e Camilo.

O Grupo Municipal do PS, através do Sr. José Jácome, manifestou desagrado pelo facto do representante da PSP de Lagos ter instruções para não responder a questões no imediato. Questionou sobre vantagens e desvantagens da deslocação do Comando Distrital da GNR de Évora para Faro. Quanto à Polícia Marítima, perguntou se existe uma boa coordenação com os Bombeiros e se usavam drones.

A GNR referiu verificar vantagem na criação do Comando Distrital de Faro, com uma bem menor área de intervenção e maior proximidade.

A Polícia Marítima referiu haver uma muito boa coordenação com os Bombeiros e a Proteção Civil, onde se inclui a utilização de drones dos Bombeiros em operações de busca e salvamento, uma vez não ser a Polícia Marítima de Lagos possuidora de tal equipamento.

Salientou que embora os Bombeiros detenham uma embarcação semirrígida de dimensão mais pequena do que a existente no Comando local da Polícia Marítima e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, EMPREGO, TURISMO, SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL (2.ª Comissão)

consequentemente mais adequada para algumas tarefas, a intenção deste Comando em deter uma embarcação de dimensões semelhantes tem como objetivo principal a fiscalização e ações de policiamento, pelo que não é viável a utilização da existente naquela corporação de bombeiros.

O Grupo Municipal da LCF referiu a necessidade de um Regulamento adequado para controlar o excesso e atuação das atividades marítima-turísticas, referindo mesmo a saturação da ocupação com as visitas às grutas. Mencionou também alguma falta de controlo nos estacionamento e acesso à Ponta da Piedade.

Foi mencionado que a falta de segurança no Algarve afeta o turismo da Região.

Os dados que estiveram na base das intervenções realizadas pelos convidados constam em anexo da presente ata.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada por todos os presentes.

Lagos, 3 de julho de 2024

A COORDENADORA,

O SECRETÁRIO,

OS MEMBROS DA COMISSÃO,

POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

COMANDO DISTRITAL DE FARO
DIVISÃO POLICIAL DE PORTIMÃO
ESQUADRA DE LAGOS

“A PSP apenas apresenta um pequeno contributo e panorama nas informações que possui localmente na Nossa atividade diária.

- > Sobre a reunião, importa destacar que a nível da criminalidade os dados que apenas podemos confirmar são os existentes no RASI (relatório anual de segurança interna). Ainda assim, destacamos o aumento explícito das burlas com recurso a tecnologia informática incremento de 23% a mais.
- > No que concerne a criminalidade mais gravosa, apesar de não ter-mos aumento de casos, destaca-se a gravidade, atualmente tem sucedido maior agressividade e dano corporal nas vítimas. Destaco os casos associados a vivência noturna na cidade.

Ao nível de acidentes estradais, não temos aumento significativo, todavia é uma preocupação clara do CMD local a problemática da mobilidade verde através de trotinetes/scooters elétricas, ou DEMOPs.... A legislação nacional não é clara o suficiente neste âmbito e tem-se vindo a notar um constante acionamento de meios policiais e não só para acidentes e despistes causados por pessoas nesta utilização. Consequentemente a falta de obrigações legais a estes condutores leva a questões que deve o executivo e mesmo esta assembleia fazer chegar à tutela pois a eles compete legislar.

- > Destacamos de forma muito, mas muito preocupante o volume fora do comum de reclamações de ruído proveniente de estabelecimentos da urbe, o que obviamente nos preocupa, por um lado por o atual regime municipal parece-nos insuficientemente claro e com medidas pouco adequadas e por outro o licenciamento zero que leva a que em qualquer esquina esteja a nascer um novo estabelecimento.
- >
- > Preocupação extrema por falta de regulamento municipal no que diz respeito ao estacionamento de caravanas no município, bem como criação de solução aplicável para estes turistas e utilizadores desta tipologia de veículos. A missão da PSP e PM e penso que também da GNR torna-se de difícil sancionamento e ordenamento sem um bom regulamento.
- >
- > O sistema CCTV encontra-se em fase de cotações por parte de operadores para análise final e eventuais desencadeamentos de concursos públicos. A PSP está um pouco preocupada com o arrastar do procedimento.
- >
- > Sugerimos a alteração do regulamento municipal de funcionamento dos estabelecimentos e espaços públicos com uma medida sentida e obviamente de responsabilidade para mitigar vários problemas, quer por motivos de ordem pública e situações criminais e por outro lado para garantir a qualidade do descanso dos lacobrigenses, mas também dos cidadãos que nos vistam. Sobre este tema iremos durante a próxima semana fazer chegar mais detalhadamente as nossas propostas e estamos obviamente disponíveis para junto do executivo inovar e criar este regulamento.
- >
- > Agradecer publicamente perante os presentes o apoio do Município em todas as necessidades da PSP, quer ao nível logístico quer operacional. Destacando o empenho na solução adequada das problemáticas que poder ser atendidas e resolvidas em prol dos lacobrigenses. Faremos chegar um pedido de apoio material formal ao Sr. Presidente para garantir mais 2 novos meios de patrulhamento na cidade ao apoio da comunidade mais envelhecida e em idade de frequência escolar e nas diversas missões de investigação criminal que vamos travando e temos dado conta junto do executivo e tentaremos junto com

o MAI, CM e PSP tentar garantir um plano de intervenção do edifício a curto prazo para tratamento de patologias que se não forem rapidamente intervencionadas, levarão a que a curto prazo estejamos a falar de valores e dimensão de obra bastante elevados.

Quanto às questões levantadas, podemos de forma sucinta dar o seguinte esclarecimento:

- RUI ARAUJO - (PSD)

1. **Se temos conhecimento perseguições a comunidade Indiana e Bangladesh residente em Lagos por parte de um grupo organizado e xenófobo.**

A PSP não tem conhecimento direto destas situações, podendo haver mais informação junto de outros OPC. Tivemos um caso concreto em que intervimos e reunimos matéria para apresentar a 1 interrogatório judicial, tendo os cidadãos (2) sido aplicada a medida de coação mais gravosa, neste caso prisão Preventiva.

2. **Gang organizado de venda de drogas no centro da cidade de Lagos**

A PSP de Lagos tem equipas de investigação de rua e focada também nesta problemática. Todos os reportes que vão chegando são feitas diligências no sentido de mitigar/resolver as problemáticas, nem sempre da melhor maneira pois ou por falta de enquadramento legal ou deteção torna a intervenção difícil. Todavia, considero que não se trata de nenhum GANG mas sim situações pontuais, e que no caso em apreço aqui reportado, trata-se de população já referenciada e que vem à anos tentando promover vendas nas zonas de maior influência turística, com especial enfoque nos períodos de festividades locais onde existem ainda mais turistas e cidadãos que aceitam esta conduta.

- PAULO DIAS - (CHEGA)

1. **Venda de droga no centro da cidade por grupos organizados.**

A resposta dada no ponto 2 ao representante do PSD, vai de encontro à resposta do Sr. representante do CHEGA.

2. **Escola Segura se há registos de aumento de violência nas escolas**

Os dados existentes apontam para algumas situações de aumento relativas a pequenos furtos entre a comunidade escolar no interior de escolas. Não temos dados suficientes para referir que temos um aumento no interior de escolas. Relativamente a incidentes no exterior das escolas e na cidade, posso afirmar que tivemos 3 casos isolados no ano letivo que foram devidamente participados e estão a ser trabalhados convenientemente.

3. **CCTV demora e acessos**

O processo de CCTV esta com levantamento da PSP relativamente aos locais considerados essenciais (entenda-se quer por questões de maior incidência criminal, quer por questões de circulação e segurança de bem s no seu geral). Obviamente estamos a aguardar questões relacionadas com cotações e quesitos técnicos da infraestrutura. Podemos garantir, que se houver capacidade do município, teremos à semelhança de outros municípios uma ferramenta ímpar para auxiliar na prevenção e resolução dos ilícitos e outros incidentes que possam suceder.

4. **Se a PSP esta satisfeita quanto a periodicidade dos n.ºs de reuniões da assembleia municipal de segurança.**

Não tendo por motivos vários podido estar presente, parece-me adequado a periodicidade, sendo certo que considero que sempre que exista essa necessidade, poder convocar-se extraordinariamente uma nossa assembleia.

- JOSE MANUEL (CDU)

1. **Manifestou a sua preocupação no limite e controlo de velocidade e excesso de ruído de motos e veículos na zona de dormitórios da cidade. Ex. Santo Amaro**

Efetivamente não chegando algumas reclamações sobre este tipo de assunto, quer por excesso de velocidade quer por ruído. Relativamente ao excesso de velocidade, como bem publicitado é nos demais canais acessíveis de comunicação existentes à data a PSP tem desenvolvido várias operações de controlo de velocidade até com recurso a radar de mão para tentar aferir e mitigar esta questão. Tenho o cuidado de orientar a fiscalização com base em princípios de adequação e também às problemáticas do município.

Já quanto ao ruído produzido, e a título de exemplo falando na zona do mercado de Santo Amaro, torna normal, com a redução do tráfego, fecho de estabelecimento que a passagem de viaturas surja como um fator externo produtor de ruído aliado à idade de imóveis e isolamentos do edificado que se note este impacto. Não quer dizer que seja apenas este o motivo, pois sim existem alguns veículos que podem ter características alteradas e produzam maior ruído.

- JOSE SANTOIS (BE)

1. **Qual número do nosso efetivo e quais as funções e valências**

Os números do efetivo policial, são os remetidos e definidos pela estrutura de comando da PSP. Se são adequados e suficientes, posso dizer que no momento são. Se for questionado se poderíamos ir mais além, sim com maior número, mais rejuvenescido, sim eventualmente. Não nos podemos esquecer que a PSP tem valências específicas que aqui laboram diariamente além dos serviços administrativos que temos e mantemos em funcionamento em horário de serviço expediente. Atualmente em Lagos temos 1 brigada de investigação criminal que para além dos fenómenos de investigação e apoio às autoridades judiciais, responde por diversas outras diligências e averiguações. Tendo obviamente processo mais trabalhosos e que implicam uma maior tendência de rua para a prova que necessitamos para quando se apresentar os suspeitos a julgamento/interrogatório, seja efetivamente com prova ou não dos factos.

Temos 1 brigada de trânsito que responde às demais solicitações e averiguações que vão sendo denunciadas.

Temos os programas especiais em funcionamento que apoiam nas escolas e comunidade mais envelhecida.

Temos o efetivo normal de resposta 24h/24h.

2. **Qual o tempo em média que temos de resposta para as solicitações por parte do cidadão. (capacidade de resposta)**

Esta questão não pode ser vista tão de forma transversal. Há situações e situações e cada uma delas pode demorar tempo invariável. Se os meios não estiverem ocupados com ocorrências, o tempo mínimo é aquele necessário à deslocação, caso estejam empenhados e se houver apenas um meio pode demorar mais, ou até pode ficar em espera caso surja uma outra que de acordo com os procedimentos policiais careça de resposta mais urgente. Mas caso já existam nesse dado horário 2 meios já não sucede. O mesmo acontece com o restante efetivo das valências existentes, num dia

normal, entenda-se sem férias, faltas, ausências variadas temos uma grande capacidade de resposta.

Comentaram com a PM o problema acerca da ponta da piedade com o controlo e acesso de veículos que passam para o farol, visto que toda a gente manda o pine abaixo e passam.

Sobre este tema, e sendo uma problemática, a edilidade poderia ter criado naquele local um posto de trabalho diurno associado à fiscalização municipal, ou concessão de parques, para garantir eventual taxação dos novos parques e também a gestão do acesso ao local (farol). Temos efetuado fiscalizações e sancionado os veículos no local sem autorização.”



ANO	CRIME (n.º inquéritos)	CONTRAORDENAÇÃO
2024	31 (01JUL2024)	47(01JUL2024)

Como referido na reunião, os crimes indicados encontram-se enquadrados nas seguintes tipologias:

- Crimes Contra o Património – Crimes contra a Propriedade - (Furtos / furto qualificado / roubos / danos);
- Crimes Contra as pessoas – Crimes contra a vida (Crimes contra a integridade física) / Crimes contra a Liberdade Pessoal (ameaças) / Crimes contra a Honra (difamação, calúnia e injúria).

Paralelamente, dou nota que comparativamente ao ano de 2023, as diferenças dos números apresentados (crimes e infrações) não têm qualquer expressão, uma vez que são extremamente residuais.

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
COMANDO TERRITORIAL DE FARO
DESTACAMENTO TERRITORIAL DE PORTIMÃO
POSTO TERRITORIAL DE LAGOS

Na sequência da 2.^a reunião de trabalho da Assembleia municipal de Lagos, que decorreu no dia 03 de Julho de 2024 pelas 21H00 nas instalações do antigo Paços do Concelho e tendo essa entidade solicitado os dados apresentados por esta guarda por escrito, serve o presente email para a satisfação do vosso pedido:

Em suma, o Posto Territorial de Lagos durante o ano de 2023 verificou um acréscimo significativo da sua atividade policial em geral, algo que tem sido uma constante presente nestes últimos anos. Este acréscimo tem tido a sua maior expressão no número de solicitações que são recebidas diariamente neste Posto, e reforço disto são os dados registados a 30 de Junho de 2024, onde já se verifica um acréscimo significativo em todas as vertentes da nossa atuação, à exceção da sinistralidade rodoviária, que se tem mantido para já, em números similares aos do ano anterior.

Este aumento da atividade operacional, registada ao longo dos anos tem vindo a criar uma maior pressão na capacidade de resposta às diversas solicitações que somos alvo diariamente, assim como dificuldades na gestão eficaz dos meios humanos e materiais, o que condiciona efetivamente a qualidade de resposta do Posto à População. Em termos de efetivo registou-se nos últimos anos um decréscimo no número de militares que aqui prestam serviço, reflexo da passagem à reserva de alguns militares, assim como no ingresso em algumas especialidades criadas recentemente na instituição, situação que condiciona fortemente o policiamento de visibilidade e de proximidade. Sendo que, face a toda a conjuntura atual, considera-se este aspeto como o principal problema a ser solucionado e que apresenta uma maior urgência, considerando-se que o reforço de meios humanos é imperativo para a continuidade da prestação de um serviço de qualidade à população.

Em termos de parque automóvel este Posto tem ao seu dispor três viaturas auto, um motociclo e um quadriciclo, sendo que de momento encontram-se duas viaturas auto e um quadriciclo inoperacionais, sendo a principal preocupação o Ford Kouga, cedido a esta Guarda pelo Município, que se encontra há alguns meses nas instalações das oficinas da Câmara Municipal de Lagos com uma avaria avultada no motor aguardando-se a sua resolução, e uma segunda viatura, um veículo com 20 anos e cerca de 700 000 km, que embora atualmente se encontre avariado, já tem ordem de reparação, o que não deixando de ser um aspeto positivo, não remove a preocupação com o seu estado, uma vez que analisando o seu historial, passa a maior parte do ano parado com avarias sucessivas, por fim, o motociclo que tem a condicionante da sua cilindrada, uma vez que apenas pode ser conduzido por militares habilitados com a categoria A, que neste posto resume-se a 5 militares. Assim sendo

No que respeita às instalações, não existem aspetos negativos de maior a assinalar, uma vez que o equipamento fornece todas as condições para a execução da missão.

Por fim deixo aqui alguns dos números pretendidos:

ANO 2023:

1300 patrulhas anuais , média 3,5 patrulhas diárias.

Foram registadas 1900 ocorrências ano e cerca de 1000 pedidos de colaboração por entidades externas (Notificações; diligências de execução; Acompanhamentos; Mandados , etc.)

600 Crimes dos quais 327 contra o património

843 processos investigados (Inquéritos)

174 Acidentes que resultaram 3 feridos graves e 30 feridos leves

Foram ainda detidos 92 pessoas onde se destacam 3 detidos por furto de interior residência , 4 detidos por furto interior de veículo, 7 detidos por Tráfico de estupefacientes e 3 por detenção arma Proibida , foram ainda realizadas 6 buscas domiciliarias (estes números incluem a atividade desenvolvida no concelho de Lagos pelo núcleo de Investigação criminal do Destacamento de Portimão).

ANO 2024
(janeiro a junho)

Ações de Fiscalização no âmbito de Legislação-Geral e dos Regulamentos Municipais (ARTIGOS APREENDIDOS POR INFRAÇÃO)	
Regulamento Municipal de Ocupação Espaço Publico, Mobiliário Urbano e Publicidade no Municipio de Lagos	1 cavalete (102 cm x 44 cm)
Decreto-Lei 10/ 2015, de 16 janeiro - (Regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração) - objetos apreendidos em cumprimento do Regulamento da Venda Ambulante na área do Municipio de Lagos	180,5 Kg morangos 2,900 Kg framboesas 0,150 Kg amoras 1,200 Kg mirtilos 3 Lt caracois (1 bald; 1 copo doseador) 286 artigos bijuteria (bandoletes, pulseiras, pedras, brincos, colares, conchas) 5 artigos de bijuteria (pares de brincos) 376 Artigos Bijuteria (pulseiras, colares) 9 quadros pintados 2 caixas pintadas 228 Artigos Bijuteria (aneis, brincos, colares, pulseiras) 19 expositores bijuteria 180 Artigos Bijuteria (pulseiras colares) 10 expositores de bijuteria 257 artigos bijuteria (colares, pulseiras, brincos) 310 artigos bijuteria (pulseiras, colares, brincos) 14 expositores de bijuteria
Decreto - Lei n.º 310/2002, de 18 dezembro - Regula o regime jurídico do licenciamento e fiscalização pelas câmaras municipais de actividades diversas anteriormente cometidas aos governos civis	1 coluna Bluetooth (marca "E-Boda") 1 Trompete ("Stagg") 1 saco cor preto 1 saxofone ("Yamaha") 1 guitarra eletrica ("Souler Fender Telecasem") 1 amplificador ("Roland Clube") 3 capas de instrumentos (saxofone, guitarra) e de amplificador 1 microfone e bolsa 1 transpositor para guitarra Artigos diversos: pilhas, boné, alicate, corda guitarra 1 portátil 1 coluna som e 1 microfone 1 carrinho transporte 2 instrumentos circenses 1 Espada fogo